



# PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## QUESTÕES CANDENTES

### NOTA DO PCP SOBRE A ACTUAL SITUAÇÃO POLÍTICA

**1** A constituição do VI Governo Provisório foi precedida de discussões políticas que conduziram a uma Plataforma Governamental. O P.C.P. considerou que esta plataforma era aceitável e que alguns dos seus pontos permitiam a realização duma política progressista.

A composição do VI Governo mereceu desde o início as maiores reservas do P.C.P. que, declaradamente, manifestou a sua discordância com a inclusão de ministros do P.P.D. e a predominância de elementos que não davam garantias ao cumprimento da Plataforma Governamental. O facto de não terem sido cumpridos acordos estabelecidos acerca da distribuição de secretarias de estado que caberiam a membros do P.C.P. mais agravou aquelas reservas.

A garantia de exercício das liberdades em todo o território nacional, o combate às actividades contra-revolucionárias, a defesa intransigente dos interesses das classes trabalhadoras e do povo em geral, a defesa da revolução e das suas conquistas, tais são alguns dos pontos básicos do Programa do VI Governo. A acção do Governo em cerca de dois meses de exercício não corresponde aos objectivos definidos.

A vincada orientação direitista de muitos departamentos governamentais provocou um crescente descontentamento popular e a redução da base social de apoio do Governo, que as concentrações e manifestações de predominância conservadora e reaccionária não conseguem esconder.

As grandiosas paralizações, greves e manifestações dos metalúrgicos, trabalhadores rurais e operários da construção civil, são grandes exemplos da resistência firme da classe operária e das massas populares à tentativa de viragem à direita.

**2** A manifestação do passado domingo em Lisboa pretendeu reeditar à escala nacional as anteriores manifestações do Porto e de Faro.

Mas, apesar dos vastos recursos utilizados em todo o país, a manifestação não foi nem política nem numericamente o sucesso que anunciaram.

As palavras de ordem, os cartazes, os gritos, os próprios actos provocatórios conferiram à manifestação um carácter não simplesmente direitista, mas claramente reaccionário. Politicamente ficou mais a nu qual a base social que apoia e em que se apoia a orientação que está a ser imprimida à actividade do actual Governo.

O discurso proferido na ocasião pelo Primeiro Ministro, em que se equiparam os perigos da extrema-direita e da esquerda, em que se mistura o ELP com os trabalhadores em luta, em que se anuncia a repressão contra os que se opõem à viragem à direita e em que se faz a defesa de processos tão violentos como o usado para silenciar os emissores da Rádio Renascença, colheu, naturalmente, os entusiásticos aplausos daqueles manifestantes.

Nas expressões de desagrado com que os trabalhadores da construção civil receberam o Primeiro Ministro quando, hoje mesmo, lhes falou em S. Bento, encontra-se um eco de indignação popular provocada pelas manifestações direitistas do Porto, Faro e Lisboa.

**3** Apesar dos cuidados que parece terem sido tomados para a não divulgação do Plano Económico de Emergência, finalmente este passou ao conhecimento público nestes dias.

Agora os trabalhadores podem apreciar qual a política económica que o VI Governo se propõe realizar. A perspectiva de congelamento de salários e até a sua redução e de subida de preços, a possibilidade de recuperação capitalista das empresas nacionalizadas, a restrição dos consumos das massas populares, a fuga ao controlo da produção por parte dos trabalhadores, a completa ausência de medidas sobre a reforma agrária, a indemnização dos monopolistas e agrários expropriados indicam que se pretende vencer as actuais dificuldades económicas à custa de mais sacrifícios dos trabalhadores.

Não se compreende como, com um tal Plano, se pode realizar uma política de fesa intransigente das classes trabalhadoras e do povo em geral, de que fala o Programa Governamental.

**4** O povo angolano proclamou a sua independência, consagrando o MPLA como a sua vanguarda revolucionária e Agostinho Neto como Primeiro Presidente da República Popular de Angola.

Agora, ante este histórico acontecimento, definiram-se melhor as posições das diferentes forças políticas portuguesas.

Enquanto os partidos, forças e personalidades revolucionárias defendem o reconhecimento do novo Estado e das suas estruturas governamentais formadas sob a égide do MPLA, outros partidos e individualidades governamentais tudo têm feito para impedir uma verdadeira política de descolonização, única que serve os interesses do nosso povo e do povo angolano.

Argumentos como os de que o reconhecimento do MPLA e do Governo por ele formado como Governo legítimo de Angola prejudica as nossas relações com aliados de Portugal, favorece o desequilíbrio da correlação de forças em África ou compromete a segurança do Atlântico Sul, recordam a orientação defendida pelo fascismo para o prosseguimento das guerras coloniais, traduzem a aceitação do ponto de vista do imperialismo nestas questões e nada têm a ver com a defesa dos interesses do povo português, com o futuro das nossas relações com os povos das antigas colónias e com a causa da liberdade e do progresso dos povos.

A utilização da teoria dos dois imperialismos, a que essas mesmas forças deitam mão, aparece nitidamente como uma forma de defender e proteger os interesses do único imperialismo, o imperialismo americano e das potências ocidentais.

**5** A consolidação das tendências de direita do VI Governo, de que a manifestação de domingo passado em Lisboa, o Plano Económico de Emergência e as posições face à descolonização em Angola, são novas ilustrações, agrava a crise político-militar em que o país se debate e compromete os interesses das massas trabalhadoras e do povo.

O pseudo-revolucionarismo esquerdista encontra terreno fértil para atrair certas camadas da população e conduzi-las a aventuras, prejudicando gravemente o movimento popular de massas.

Cada vez mais se torna evidente a necessidade de encontrar corajosamente uma solução para a crise.

Mais uma vez o P.C.P. acentua que essa solução tem de passar pelo reforço das posições de esquerda nas estruturas do poder político e militar, pela unidade de todas as forças revolucionárias, por uma recomposição do M.F.A., como força revolucionária, assente no entendimento das suas correntes.

Mais uma vez o P.C.P. apela para todas as massas trabalhadoras e populares, para todas as forças políticas e revolucionárias, para todos os militares e civis que defendem a Revolução, para vencerem os divisionismos e desentendimentos, para se unirem, para defenderem vigorosamente as liberdades e outras conquistas da revolução e para marcharem decididamente no caminho da construção de um Portugal democrático rumo ao socialismo.

Os partidos e organizações revolucionárias, as massas trabalhadoras e o povo português já deram provas de possuírem capacidade e forças bastantes para removerem as dificuldades e prosseguirem vitoriosamente a Revolução.